TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
Inquérito Civil n. 06.2019.00004333-0

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça signatário, doravante denominado COMPROMITENTE, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e **RESIDENCIAL CLUBE DE CAMPO CHÁCARA DAS ARAUCÁRIAS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 25.385.057/0001-87, com sede na Rua Francisco Bueno Franco, s/n, Bairro Campestre, em Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000, telefone (47) 9186-6866, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, neste ato representado por seu presidente **Marcos Vinicius de Barros**, acompanhado do procurador **César Hruis Alexi**, OAB/SC n. 48.012, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e art. 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas no art. 127 e no art. 129, ambos da Constituição Federal, na Lei n. 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e na Lei Complementar Estadual n. 738/2019 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é a instituição encarregada de promover o Procedimento Preparatório, o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Meio Ambiente e de outros interesses transindividuais (art. 129, inc. III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que "*todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações",* consoante dita o art. 225, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que os loteamentos para fins rurais ou agrários obedecem a normas especiais: Estatuto da Terra (Lei n. 4.504/1964), seus regulamentos (Decretos n. 59.428/1964, n. 59.566/1966 e n. 62.504/1968), Lei n. 5.868/1972 (que cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural), Decreto-Lei n. 58/1937 e Instrução do INCRA n. 17-b/1980, dentre outras;

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 65 da Lei n. 4.504/1964: *"O imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural". [...] "§6º Nenhum imóvel rural adquirido na forma do §5º deste artigo poderá ser desmembrado ou dividido".*

CONSIDERANDO que o art. 8º da Lei n. 5.868/1972, ressalvadas as exceções legais, proíbe o desmembramento ou divisão de imóvel rural em tamanho inferior à fração mínima de parcelamento (FMP), inquinando de nulidade os atos praticados em desconformidade com tal preceito;

CONSIDERANDO que art. 2º do Decreto n. 62.504/1968, o qual regulamenta o art. 65 do Estatuto da Terra, contempla exceções ao módulo rural, tratando-se dos casos em que os imóveis rurais não se destinam à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, podendo, nessas hipóteses, ser objeto de parcelamento do solo, desde que, comprovadamente, guardem relação com as finalidades lá inseridas;

CONSIDERANDO que a implantação do módulo rural visa ao aproveitamento econômico de determinada região, com atividades agrossilvipastoris ou turismo rural, não coadunando com a atividade rural, imóveis de dimensões diminutas;

CONSIDERANDO que do módulo rural foi criado com a finalidade de assegurar o cumprimento da função social da propriedade rural, princípio previsto no art. 186 da Constituição Federal, *in verbis: "Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores".*

CONSIDERANDO que o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina determina que: *"Art. 713. É vedado ao oficial proceder ao registro de: [...] IV – qualquer forma de instituição de condomínio ordinário que desatenda aos princípios da legislação civil ou que, de modo oblíquo e irregular, caracterize parcelamento do solo urbano; e V – escritura pública ou contrato particular que verse sobre promessa de compra e venda de propriedade imobiliária e implique parcelamento irregular do solo urbano ou fracionamento incabível de área rural".* E *que: "Art. 716. Somente se admitirá formação de condomínio em imóvel rural por ato inter vivos, quando preservada e*

assegurada sua destinação para fins de exploração agropecuária ou extrativa".

CONSIDERANDO que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina já consignou que *"Os atos de aquisição de diminuta fração ideal de imóvel de consideráveis dimensões e a tentativa de registro do título aquisitivo sem a constituição de um condomínio pro diviso, revelam-se em evidente tentativa de parcelamento do solo, ao arrepio da Lei 6.766/79 que dispõe especificamente sobre o tema da divisão de terras em forma de loteamento ou desmembramento"*[1].

CONSIDERANDO que *"7. Somente se admitirá a formação de condomínios por atos inter vivos, de imóveis rurais, quando preservada e assegurada a destinação rural do imóvel, para fins de exploração agropecuária ou extrativa"* (Provimento n. 13/CGJ/SC).

CONSIDERANDO que o art. 3º da Lei n. 6.766/1979 estabelece que o parcelamento do solo para fins urbanos somente é admitido em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo Plano Diretor ou em Lei Municipal;

CONSIDERANDO que Plano Diretor de Campo Alegre/SC, Lei Complementar n. 147/2019 (regulamentada pelo Decreto n. 13.233/2020), dispõe no art. 241, § 2º, que *"A análise de parcelamento de glebas rurais não compete à Municipalidade, devendo ser compatível ao módulo mínimo rural estabelecido pela Legislação Federal e seus procedimentos aplicáveis".*

CONSIDERANDO que, conforme consulta ao Sistema Nacional de Cadastro Rural, a fração mínima de parcelamento de imóvel rural no município de Campo Alegre é de 3 (três) hectares, sendo o Módulo Fiscal (MF) equivalente a 16 (dezesseis) hectares;

CONSIDERANDO que os danos ambientais provocados pela ocupação irregular do solo prejudicam a qualidade de vida das gerações atuais e vindouras, gerando impactos negativos à manutenção do equilíbrio ecológico e da saúde da população, além de importar em sérios riscos e prejuízos à ordem urbanística;

CONSIDERANDO que tramita neste Órgão de Execução o Inquérito Civil n. 06.2019.00004333-0, cujo objeto é *"apurar infrações à legislação ambiental pela pessoa*

[1] TJSC, Apelação Cível n. 2007.015995-7, de Palhoça, rel. Joel Figueira Júnior, Primeira Câmara de Direito Civil, j. 25-09-2007.

jurídica Residencial Clube de Campo Chácara das Araucárias, inscrita no CNPJ sob o n.º 25.385.057/0001-87, na implantação de empreendimento no imóvel matriculado sob o n. 15.884 e localizado na Rua Francisco Bueno Franco, s/n, bairro Campestre, em Campo Alegre/SC";

CONSIDERANDO que a pessoa jurídica investigada pretendia constituir um condomínio *pro indiviso,* para uso comum de seus 13 sócios, sendo 80% da área integrado por bosques de araucárias, campos e benfeitorias como trilhas, lagos, canchas, baias e recintos para criação de animais, e o restante de 20% seria utilizado de forma comum, entre os sócios, para edificações de lazer, conforme previa seu estatuto (1ª alteração, art. 2º, II);

CONSIDERANDO a vedação legal de constituição de condomínio no imóvel rural (matrícula n. 15.884, com área de 107.504m²) na forma inicialmente pretendida pelos sócios do "clube de campo", haja vista que as áreas de cada um dos condôminos seria delimitada, bem como a vedação do parcelamento do imóvel rural da forma aventada no estatuto, pois isso resultaria em frações com medidas inferiores ao permitido pela legislação;

CONSIDERANDO que o imóvel em questão está situado em zona rural, em Zona de Preservação Sustentável – ZPS, <u>para o qual só é permitida a construção de uma residência por proprietário registral e no máximo mais três em caso de habitação para parentes de primeiro e segundo grau,</u> nos termos dos anexos 5 e 6 - classificação de usos - do Plano Diretor do Município. Veja-se:

ANEXO 05 - TABELA DE USOS ADMITIDOS E PARÂMETROS URBANÍSTICOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Zonas	USOS ADMITIDOS						RECUO	AFASTAMENTOS	TO (%) máxima	COEFICIENTE		GABARITO			Taxa de Permeabilidade mínima (%)	LOTES (m²)		TESTADA (m)		Observações
	Classificação	NÍVEL 1 - USOS DE BAIXÍSSIMO IMPACTO	NÍVEL 2 - USOS DE BAIXO IMPACTO	NÍVEL 3 - USOS DE MÉDIO IMPACTO	NÍVEL 4 - USOS DE ALTO IMPACTO	NÍVEL 5 - USOS DE ALTÍSSIMO IMPACTO	Frontal (m)	Lateral e Fundos (m)		BÁSICO	com OODC ou TDC	BÁSICO	com OODC ou TDC	ALTURA MÁXIMA (m)		meio de quadra	esquina	meio de quadra	esquina	
[...]																				
Zona de Preservação Sustentável (ZPS)	RESIDENCIAL	R1 (b)	X	X	X	X	10	5	2,5	0,1	2	8	70%	Módulo Rural INCRA						
	COMERCIAL	C1	C2	X	C4 (b)	X	10	5	2,5	0,1	2	8								
	SERVIÇOS	S1	X	X	X	X	10	5	2,5	0,1	2	8								
	INSTITUCIONAL	E1	E2	E3 (b,c)	E4 (b,c,d,e)	X	10	5	2,5	0,1	2	8								
	TURÍSTICO	T1	T2	T3	T4	T5	10	5	2,5	0,1	4	16								
	INDUSTRIAL	I1	I2	I3 (a,c)	I4 (b)	I5(b,c)	10	5	2,5	0,1	2	12								

ANEXO 06 - CLASSIFICAÇÃO DE USOS

[...]

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO BÁSICA

Da Composição dos Usos e Atividades

RESIDENCIAL				
NÍVEL 1 - USOS DE BAIXÍSSIMO IMPACTO	NÍVEL 2 - USOS DE BAIXO IMPACTO	NÍVEL 3 - USOS DE MÉDIO IMPACTO	NÍVEL 4 - USOS DE ALTO IMPACTO	NÍVEL 5 - USOS DE ALTÍSSIMO IMPACTO
R1.a – RESIDENCIAL UNIFAMILIAR Edificação isolada que constitui compartimentos para moradia de uma única família, limitado à 03 unidades por matrícula;	R2.a – EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES TRANSVERSAIS –conjunto de edificações unifamiliares não geminadas, horizontais, que compartilham uma mesma matrícula em regime de condomínio com até 10 unidades com acesso transversal ao alinhamento;	R3 – CONDOMINIOS VERTICAIS DE PEQUENO PORTE –edificações multifamiliares verticais em regime de condomínio com até 10 unidades; (Edificação assobradada; Edifício de apartamentos)	R4 – CONDOMINIOS VERTICAIS DE MÉDIO PORTE –edificações multifamiliares verticais em regime de condomínio com até 20 unidades; (Edifício de apartamentos)	R5 – CONDOMINIOS VERTICAIS DE GRANDE PORTE –edificações multifamiliares verticais em regime de condomínio com mais de 20 unidades; (Edifício de apartamentos, Blocos de Edifícios de apartamentos)
R1.b– RESIDENCIAL FAMILIAR 01 residência principal para cada proprietário, conforme matrícula do imóvel, e no máximo de mais 03 edificações residenciais na mesma matrícula, devidamente autorizadas pelos proprietários para habitação de seus parentes de primeiro e segundo grau, assim definidos pelo Código Civil.	R2.b – EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES GEMINADAS DE PEQUENO PORTE – conjunto de edificações unifamiliares geminadas, horizontais, que compartilham uma mesma matrícula em regime de condomínio com até 10 unidades; Com acesso paralelo ou transversal ao alinhamento			

CONSIDERANDO que em reunião realizada nesta Promotoria de Justiça o representante/advogado da pessoa jurídica manifestou interesse em estabelecer/manter a finalidade turística do empreendimento implantando no local pousada, hotel ou outra forma de hospedaria, definidas no Anexo 6 do Plano Diretor Municipal atual e com finalidade precipuamente turística, <u>inclusive alterando em seu estatuto os objetivos da sociedade</u>, e que, inclusive, já obteve Alvará de Construção n. 1518/2020 junto à municipalidade, já havendo edificações iniciadas na propriedade, não pretendendo mais a constituição de condomínio ou o parcelamento do solo rural;

CONSIDERANDO que, nesse caso, para fins turísticos, o Plano Diretor de Campo Alegre/SC permite a construção na forma informada, até o nível 5 – usos de altíssimo impacto – (anexos 5 e 6). Veja-se:

ANEXO 05 - TABELA DE USOS ADMITIDOS E PARÂMETROS URBANÍSTICOS — PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Zonas	USOS ADMITIDOS							RECUO	AFASTAMENTOS	TO (%) máxima	COEFICIENTE		GABARITO			Taxa de Permeabilidade mínima (%)	LOTES (m²)		TESTADA (m)		Observações
	Classificação	NÍVEL 1 - USOS DE BAIXÍSSIMO IMPACTO	NÍVEL 2 - USOS DE BAIXO IMPACTO	NÍVEL 3 - USOS DE MÉDIO IMPACTO	NÍVEL 4 - USOS DE ALTO IMPACTO	NÍVEL 5 - USOS DE ALTÍSSIMO IMPACTO		Frontal (m)	Lateral e Fundos (m)		BÁSICO	com OODC ou TDC	BÁSICO	com OODC ou TDC	ALTURA MÁXIMA (m)		meio de quadra	esquina	meio de quadra	esquina	
[...]																					
Zona de Preservação Sustentável (ZPS)	RESIDENCIAL	R1 (b)	X	X	X	X		10	5		2,5	0,1	2	8		70%	Módulo Rural INCRA				
	COMERCIAL	C1	C2	X	C4 (b)	X		10	5		2,5	0,1	2	8							
	SERVIÇOS	S1	X	X	X	X		10	5		2,5	0,1	2	8							
	INSTITUCIONAL	E1	E2	E3 (b,c)	E4 (b,c,d,e)	X		10	5		2,5	0,1	2	8							
	TURÍSTICO	T1	T2	T3	T4	T5		10	5		2,5	0,1	4	16							
	INDUSTRIAL	I1	I2	I3 (a,c)	I4 (b)	I5(b,c)		10	5		2,5	0,1	2	12							

ANEXO 06 - CLASSIFICAÇÃO DE USOS

[...]

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO BÁSICA

Da Composição dos Usos e Atividades

TURÍSTICO				
NÍVEL 1 - USOS DE BAIXÍSSIMO IMPACTO	NÍVEL 2 - USOS DE BAIXO IMPACTO	NÍVEL 3 - USOS DE MÉDIO IMPACTO	NÍVEL 4 - USOS DE ALTO IMPACTO	NÍVEL 5 - USOS DE ALTÍSSIMO IMPACTO
T1.a - HOSPEDARIA FAMILIAR Instalações destinadas à hospedagem temporária de administração familiar com no máximo 3 quartos; Pensões e albergues	T2.a – POUSADAS PEQUENO PORTE Considera os usos permitidos no T1 (quando previsto no Anexo 05) com mais de 3 quartos; Inclui usos hospedagem temporária de administração profissional ou familiar com no máximo 10 quartos; Apart-hotéis, Hostel, Hotéis	T3.a – HOSPEDAGEM DE MÉDIO PORTE Considera os usos permitidos no T2 (quando previsto no Anexo 05) com mais de 10 quartos até 30 quartos; Apart-hotéis, Hotéis, Hotel Fazenda, Hotel Histórico	T4.a – HOSPEDAGEM DE GRANDE PORTE Considera os usos permitidos no T2 (quando previsto no Anexo 05) com mais de 30 quartos até 50 quartos; Inclui usos independentemente da área: Ex.: Hotel, Motel, Hotel Fazenda, Spa, Hotel Histórico, Camping;	T5.a – RESORTS Considera os usos permitidos no T4 (quando previsto no Anexo 05) com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento e que ofereça acima de 50 quartos.
T1.b– AGÊNCIAS DE RECEPTIVO E DOS GUIAS DE TURISMO Comercialização do turismo que consolida as várias soluções de hospedagem, transporte e lazer, oferecidas por meio de pacotes prontos ou não, para satisfazer o desejo de viagem do turista.	T2.b– RESTAURANTES E BARES Serviços de alimentação e bebidas com a finalidade de suprir as necessidades básicas do turista, proporcionar locais de encontro e ampliar as opções de lazer para a comunidade local e para os turistas.	T3.b - LOJAS DE ARTESANATO E PRODUTOS ORGÂNICOS E PRODUÇÃO ASSOCIADA Lugares que reúnem objetos e produtos de interesse para o turista, motivando deslocamentos para conhecê-los, ao mesmo tempo em que atendem expectativas e complementam as opções de atração do território.	T4.b – TRANSPORTADORES TURÍSTICOS Empresa para prestação de serviços de transporte turístico de superfície, caracterizado pelo deslocamento de pessoas por vias terrestres, aéreas ou aquáticas.	T5.b – PARQUES TURÍSTICOS Parques voltados para a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

RESOLVEM as partes celebrar o presente **TERMO DE AJUSTE DE CONDUTAS**, mediante compromisso de cumprimento das obrigações constantes das cláusulas e obrigações a seguir:

1. DO OBJETO:

Cláusula 1ª: O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade impor ao compromissário a obrigação de observar o Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC, a legislação ambiental e urbanística, e demais normas aplicáveis para a implantação de empreendimento turístico no imóvel matriculado sob o n. 15.884 e localizado na Rua Francisco Bueno Franco, s/n, bairro Campestre, em Campo Alegre/SC, na modalidade de pousada, hotel ou outra forma de hospedaria, definidas no Anexo 6 do Plano Diretor Municipal atual e com finalidade precipuamente turística;

2. DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:

2.1 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER:

Cláusula 2ª: o **COMPROMISSÁRIO** se compromete, na implantação do empreendimento no imóvel rural de matrícula n. 15.884, a seguir o Plano Diretor do

Município de Campo Alegre/SC, observando-se que o imóvel está situado em Zona de Preservação Sustentável – ZPS, bem como legislação ambiental e demais normas pertinentes;

Cláusula 3ª: O **COMPROMISSÁRIO** se compromete a manter a finalidade turística do empreendimento, sem desvirtuamento e utilização de modalidades de locação que causem dúvidas à própria finalidade do empreendimento, ressalvadas eventuais alterações legislativas posteriores dispondo em sentido diverso, em sentido mais ou menos restritivo;

Cláusula 4ª: O **COMPROMISSÁRIO** se compromete a obter as devidas licenças ambientais ou autorização de atividade não constante emitidas pelo órgão ambiental competente, exceto se expressamente dispensadas por esse, para a implantação do empreendimento no imóvel rural em questão, consistente em pousada, hotel ou outra forma de hospedaria, definidas no Anexo 6 do Plano Diretor Municipal atual e com finalidade precipuamente turística;

Parágrafo único: O **COMPROMISSÁRIO** se compromete a apresentar na 3ª Promotoria de Justiça de São Bento do Sul, **no prazo de 180 (cento e oitenta) dias**, o protocolo de requerimento de obtenção das devidas licenças ambientais, exceto se expressamente dispensadas pelo órgão ambiental competente;

Cláusula 5ª: O **COMPROMISSÁRIO** deverá elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou estudo/projeto equivalente, aprovado pela autoridade sanitária municipal, para fins de dar destinação correta ao lixo produzido pela realização da atividade, como condição para operação do empreendimento;

Cláusula 6ª: O **COMPROMISSÁRIO** deverá apresentar os alvarás de funcionamento, sanitário, bombeiros, aprovação dos projetos da rede elétrica e de abastecimento de água pelas empresas públicas ou privadas concessionárias, entre outros necessários a demonstrar a regularidade da operação do empreendimento e a sua finalidade turística, como condição para operação do empreendimento;

Cláusula 7ª: O **COMPROMISSÁRIO** se compromete, após 15 (quinze) dias da abertura do estabelecimento ao público, a divulgá-lo em sites, redes sociais ou por qualquer outra forma, e encaminhar a esta Promotoria de Justiça informações como o valor da hospedagem e demais custos aos hóspedes, de sorte a demonstrar sua finalidade

turística;

2.2 DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER:

Cláusula 8ª: O **COMPROMISSÁRIO** se compromete, durante e após a conclusão das obras, a não edificar ou promover qualquer intervenção em área de preservação permanente ou outra área protegida, bem como a não suprimir e danificar qualquer espécie de vegetação nativa presente na área do imóvel rural, sem prévia autorização dos órgãos ambientais competentes;

Cláusula 9ª: O **COMPROMISSÁRIO** se compromete a não dar continuidade às construções/obras no imóvel sem que, antes, obtenha as devidas licenças ambientais ou autorização de atividade não constante, na forma estipulada na Cláusula 4ª;

3. DA FISCALIZAÇÃO:

Cláusula 10ª: fica o Compromissário ciente de que este Órgão de Execução poderá realizar vistoria *in loco* e ainda solicitar a órgão público ou particular, a qualquer tempo, sem aviso prévio, a realização de fiscalização no imóvel, a fim de constatar se as obrigações estão sendo cumpridas, bem como ingressar com ação judicial visando a demolição das construções caso seja constatado o desvirtuamento do empreendimento.

4. DO DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 11ª: Incidirá o Compromissário em **multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais)** em caso de descumprimento das Cláusulas 2ª à 10ª;

§ 1º. As multas eventualmente aplicadas reverterão para o Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados (boletos a serem emitidos pela Promotoria de Justiça responsável pela fiscalização do TAC).

§ 2º. O pagamento de eventual multa não exime o compromissário de dar cumprimento às obrigações contraídas;

§ 3º. Ficará isento do pagamento da multa estabelecida no *caput* se apresentada justificativa idônea para o descumprimento e ela for acolhida pelo Órgão de

Execução oficiante na 3ª Promotoria de Justiça de São Bento do Sul;

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 12ª: O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido.

Cláusula 13ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Cláusula 14ª: As partes elegem o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC para dirimir controvérsias decorrentes deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas.

E, por estarem assim compromissados, firmam este Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, e art. 784, inc. IV, do Código de Processo Civil, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado e a promoção submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o § 3º do art. 9º da Lei n. 7.347/1985 e o art. 31, § 2º do Ato n. 395/2018/PGJ, e será instaurado Procedimento Administrativo de fiscalização do presente acordo extrajudicial.

São Bento do Sul/SC, 5 de julho de 2021.

MATHEUS AZEVEDO FERREIRA
Promotor de Justiça

RESIDENCIAL CLUBE DE CAMPO
CHÁCARA DAS ARAUCÁRIAS
Compromissária

VADIS BELLINI
Associado

JAQUELINE FERAO LAMPERT BELLINI
Associada